



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº31/2025

Período: 30/08/2025 a 05/09/2025

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Trama golpista I: periódicos ressaltam julgamento como marco histórico da democracia e das instituições brasileiras
- 2- Trama golpista II: o julgamento no Supremo Tribunal Federal e o debate sobre o papel da justiça militar na cassação de patentes
- 3- Trama golpista III: o julgamento de Bolsonaro e militares pelo Supremo Tribunal Federal
- 4- Preparativos do desfile de 7 de setembro em Brasília

1- Trama golpista I: periódicos ressaltam julgamento como marco histórico da democracia e das instituições brasileiras

Os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* abordaram a expectativa para o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) e de outros sete réus do chamado “núcleo 1” da trama golpista, entre eles cinco militares de alta patente, e ressaltaram que o fato é um marco inédito para a democracia brasileira, impondo a responsabilização individual de ações antidemocráticas e servindo como um meio de consolidação institucional e de desestímulo a conspirações golpistas. Os jornais ressaltaram que o ex-presidente é visto como o principal fomentador das ações antidemocráticas ocorridas no período pré e pós eleições de 2022, sendo julgado pelos seguintes crimes: organização criminosa armada, tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado ao patrimônio público e deterioração de patrimônio tombado. Segundo o *Correio Braziliense*, nas provas reunidas, é possível observar a articulação em favor da trama golpista, por meio de “minutas de decreto”, pressões políticas dos militares e o estímulo a discursos que duvidavam da veracidade das eleições, mesmo sem provas concretas. A Procuradoria-Geral da República (PGR) descreve a ação como coordenada por núcleos político, militar e operacional. Segundo editorial do periódico *Folha de S. Paulo*, o julgamento é um importante passo para o aniquilamento do golpismo dentro das Forças Armadas e uma forma de mostrar como instituições sólidas são capazes de condenar líderes golpistas. Em reportagem, o *Correio Braziliense* noticiou que a delação do tenente-coronel Mauro Cid foi de vital importância para incluir Bolsonaro no inquérito. Em contrapartida, a defesa do ex-ministro da Defesa, Walter Braga Netto, tem contestado a delação de Cid. O *Correio* informou também que, de acordo com a advogada Ana Krasovic, se o conteúdo apresentado por Cid não for validado, todo o processo pode ser comprometido. Além disso, segundo a advogada, o julgamento também irá definir

os limites das ações da Forças Armadas na política. De acordo com pesquisadores ouvidos pela *Folha*, historicamente os militares envolvidos em tramas contra o governo foram anistiados. Logo, o atual julgamento vai de encontro com essa prática. (Correio Braziliense – Política - 31/08/25; Correio Braziliense - Política - 01/09/25; Folha de S. Paulo – Opinião – 31/08/25; Folha de S. Paulo - Política - 01/09/25)

2- Trama golpista II: o julgamento no Supremo Tribunal Federal e o debate sobre o papel da justiça militar na cassação de patentes

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a possível condenação de Jair Bolsonaro e de oficiais gerais no processo sobre a trama golpista no Supremo Tribunal Federal (STF) reacende o debate sobre o papel da Justiça Militar na perda de patentes de militares condenados. Ministros do STF defendem que a corte pode decretar a cassação do posto com base no artigo 92 do Código Penal, mas integrantes do Supremo Tribunal Militar (STM) sustentam que essa competência é exclusiva da Justiça Militar, conforme o artigo 142 da Constituição. Caso prevaleça a posição do STM, o Ministério Público Militar só poderá propor a perda da patente após o trânsito em julgado da decisão do STF, cabendo à corte militar homologar a medida. O tema ganha peso porque cinco dos oito réus do núcleo central do caso são militares. A condenação implicaria também a aplicação da chamada "morte fictícia", em que os condenados perdem direitos e seus salários são convertidos em pensão às famílias. Segundo o jornal, essa prática gera custo anual de R\$ 20 milhões ao Exército e o Tribunal de Contas da União (TCU) recomenda extinguir por considerá-la imoral e onerosa. O impasse jurídico e político sobre a perda de patente pode acirrar tensões entre STF e STM. (Folha de S. Paulo – Política – 31/08/23)

3- Trama golpista III: o julgamento de Bolsonaro e militares pelo Supremo Tribunal Federal

Em reportagem, os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* noticiaram que o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou em 02/09/2025 o julgamento histórico no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete réus respondem por tentativa de golpe de Estado. O periódico *Correio Braziliense*, reforçou as palavras do ministro Luis Roberto Barroso de que o julgamento é crucial para “encerrar os ciclos de atraso no país”. Apesar da robustez das provas, que incluem vídeos produzidos pelos próprios acusados, indicar uma provável condenação, o foco nos bastidores está no tamanho das penas e onde serão cumpridas. Segundo o *Correio Braziliense*, para além do tribunal, o dia seguinte à decisão preocupa o governo e a oposição, que anteveem o risco de radicalização e de novas retaliações por parte do governo dos Estados Unidos, como sanções econômicas e a inclusão de mais ministros do STF na lista da Lei Magnitsky—um movimento que já começou com a suspensão de vistos. Em editorial, o *Correio Braziliense* entendeu que, embora politicamente essas retaliações possam isolar ainda mais o bolsonarismo, reforçando a narrativa governista de traição à pátria, elas também trarão dificuldades diplomáticas e comerciais concretas, fechando portas para exportadores dependentes do mercado norte-americano. Apesar dos riscos, o julgamento é visto como um imperativo jurídico, longe de ser um equívoco, dado o volume de evidências da trama golpista. No entanto, como Bolsonaro permanece um cabo eleitoral forte, existe o temor de que a condenação, em vez de pacificar o país, acentue o discurso extremista e a tensão contra as instituições, sendo aproveitada por aliados

oportunistas que dependem de sua base para sobreviver na política. Também em editorial, *O Estado de S. Paulo* avaliou que, pela primeira vez, um ex-presidente enfrenta acusações graves sob a Lei de Defesa do Estado Democrático, com reais chances de condenação. Para o *Estadão*, o processo representa um marco civilizatório ao demonstrar a capacidade da democracia brasileira de julgar seus próprios agressores através de instrumentos legais civis, sem recorrer a mecanismos autoritários. O editorial também avaliou que, apesar de algumas falhas pontuais na investigação, o STF manteve postura firme na defesa das instituições. O próprio julgamento só é possível porque o golpe fracassou - um sinal de que a democracia já prevaleceu. Em contraste com a impunidade de Donald Trump nos EUA, o Brasil busca responsabilizar os envolvidos, mesmo sob pressão internacional. O desfecho judicial, contudo, não encerra o caso. Os periódicos fizeram menção à forte pressão política por anistia no Congresso Nacional após a publicação da sentença, exigindo vigilância constante contra a impunidade. Reportagem de *O Estado de S. Paulo* pontuou falas dos historiadores Carlos Fico e Lilia Schwarcz que reforçaram o ineditismo na punição para os que atentam contra a democracia, afirmando que o julgamento consolida um novo patamar democrático, onde golpistas não devem ser anistiados como no passado. (Correio Braziliense - Política - 02/09/25; Correio Braziliense - Opinião- 02/09/25; Folha de S. Paulo - Política - 02/09/25; O Estado de S. Paulo - Política- 02/09/2025; O Estado de S. Paulo - Opinião - 02/09/2025)

4- Preparativos do desfile de 7 de setembro em Brasília

O jornal *Correio Braziliense* fez a cobertura do ensaio do desfile cívico-militar do dia da Independência, que aconteceu na Esplanada dos Ministérios, na capital federal Brasília. O evento, que foi um teste para o desfile previsto para o dia 07/09, encantou turistas e até colaboradores. O Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) cuidou dos detalhes para a segurança do evento, interditando vias e reforçando o policiamento. O evento reuniria militares, bandas e veículos oficiais, com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e de autoridades nacionais e estrangeiras. (Correio Braziliense – Cidades – 31/08/25)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa

Equipe redação

Camila Mika Ozassa Sawada
Éryka Sammara Carnieletto Bento
Iaritsa Jade Lima Freitas
Isadora Helena Caleguer Figueiredo
Julia Helena Esmeraldo (Bolsista PIBEX)
Lucas Biagini Muniz e Borges
Manuela Zelira de Menezes Torres
Maria Luiza de Barros Costacurta
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Sala